

ARQUIVOS MUSICAIS: CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL

Petrônio Pereira da Silva. (UEPB) petronio_p2@yahoo.com.br¹

Marilya de Lima Marsiglia. (UEPB) marilyalima@gmail.com²

Faysa de Maria Oliveira e Silva. (UEPB) faysa2286@hotmail.com³

Adriana Vasconcelos da Silva Evangelista. (UEPB) dricavascon2009@hotmail.com⁴

Robson Jorge Lucena Souza. (UEPB) robinholucena2009@hotmail.com⁵

Maria José Cordeiro de Lima. (UEPB) mcordeiro16@yahoo.com.br⁶

RESUMO

Pensar as questões relativas à preservação e ao acesso ao patrimônio musical implica necessariamente em repensar a noção tradicional de patrimônio cultural. O presente trabalho analisa a necessidade de preservação e conservação de arquivos musicais e seus documentos sonoros do Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil da Paraíba (CROMB-PB). Em meio a esse contexto o CROMB-PB surge com um papel fundamental para preservação do patrimônio cultural material e imaterial., cuja função primordial é de salvar e guardar os registros probatórios de autorias dos músicos, sendo estes reflexo dos movimentos culturais existentes em nosso Estado. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, assim como a aplicação de um questionário na instituição - fruto de um trabalho na disciplina Gestão de Documentos II - resultando em um diagnóstico. Por meio deste diagnóstico, conclui-se que urge a necessidade da reestruturação do arquivo do Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil da Paraíba. Após unificar a documentação em um espaço físico adequado, inicia-se o processo de descrição para identificar, gerenciar, localizar e explicar os documentos de acordo com o contexto de sua produção, e catalogação para otimizar a recuperação da informação. Desta forma, realizando uma quebra de paradigmas da atuação da instituição, levando-a a compreensão total da dimensão do seu papel social.

Palavras-chave: Arquivos musicais. CROMB-PB. Memória Cultural.

1 Introdução

O contato com o rico acervo da Ordem dos Músicos do Brasil – Conselho Regional na Paraíba levou a uma percepção sobre a carência de um olhar arquivístico sob estes registros. Compreender as unidades musicais como documentos de arquivo é vital para a sua preservação em longo prazo. Possibilitando que se cumpra a razão pela qual foi criado, no

¹ Graduando em Arquivologia pela UEPB.

² Graduanda em Arquivologia pela UEPB.

³ Graduanda em Arquivologia pela UEPB.

⁴ Graduanda em Arquivologia pela UEPB.

⁵ Graduando em Arquivologia pela UEPB.

⁶ Professora Orientadora do curso de Arquivologia da UEPB.

caso da Ordem, registros de autorias, que deveram ser mantidos interpretáveis permanentemente.

Tais registros são frutos de manifestações culturais e artísticas, que são fragmentos históricos contados pelo próprio povo, pois uma característica da musicalidade nordestina são suas letras narrativas, verdadeiros relatos da forma de vida do nordestino. A preservação e conservação das unidades musicais, contextualizados juntos com a poesia e partitura, são em si a preservação da memória cultural, patrimonial da sociedade que os produziu.

A pretensão deste trabalho, portanto é ousar tornarmos os arquivistas responsáveis também, pela conservação, e acesso destes peculiares acervos musicais, se pudermos assim nomear estes documentos que consideramos de arquivo. Tratando-se do caso da Ordem dos Músicos do Brasil – Conselho Regional na Paraíba, existe algo bastante relevante, é o fato de os registros tratarem de músicas populares, o que é incomum, já que o ato de produzir registros é mais comum na música erudita.

Em uma instituição que possui suportes como fitas K7, CDs e partituras, é importante um olhar preciso se tratando de preservação, ainda mais se esta deve ser prolongada permanentemente.

Nos dia de hoje a arquivística tem caminhado lado a lado de forma irreversível com as novas tecnologias. Nessa perspectiva, a conservação permanente dos documentos em suportes obsoletos, como é o caso, torna-se inevitável uma migração de suporte, para que se possa de fato conservar as informações deste tipo peculiar de acervo. Sem se abster de quando possível, manter a conservação dos documentos em seus respectivos suportes originais. Porém este suporte requer cuidados especiais.

De acordo com Amaral (2009, p. 8),

Meios magnéticos aumentam a capacidade de captura e armazenamento de todo tipo de artefatos e eventos, porém em contra partida, e diferentemente dos materiais tradicionais, estes suportes exigem necessidades especiais de manuseio, guarda, tratamento e armazenamento, em longo prazo. Ambientes especiais com temperatura, umidade do ar e luminosidade controlados, além de formas específicas de manuseio e acondicionamento do material, são necessidades básicas para assegurar que coleções de áudio e vídeo, por exemplo, tenham os registros de sua informação preservados.

Porém a digitalização destas informações contidas em suportes como CDs e fitas K7 que, por serem incomuns não só em suportes, mas também em conteúdo, pois se tratam de músicas com letras, exigirá cuidados especiais deste plano de preservação permanente.

A delicadeza das informações sugere uma análise aprofundada sobre qual o melhor método de migração a ser utilizado, e ainda maior deve ser o estudo para escolha do melhor suporte que terá a árdua missão de manter-se vivo com o passar dos tempos. Pois vale salientar que estas informações são registros que comprovam autorias musicais, por isso devem ser conservadas de forma atemporal para que possa cumprir sua missão.

Levando-se em consideração todas estas problemáticas, a migração das fitas será realizada por meio de novas tecnologias capazes de transportar informações dos suportes analógicos para os digitais. Através do uso de cabos o aparelho leitor dos documentos analógicos, transmitirá as informações que serão captadas pelo computador. Todo o material digitalizado deve passar por uma triagem de controle de qualidade, para que possam reproduzir gravações de alta qualidade, mantendo o valor da informação.

Encerrado estes processos, todos esses materiais digitalizados devem ser migrados para um único suporte, a fim de homogeneizar o acervo, facilitando o acesso e recuperação das informações. Em seguida deve ser feita a escolha deste suporte. Existem duas possibilidades, os Hds externos, que seriam utilizados dois, uma para ficar no arquivo e outro para se armazenado em outro ambiente como copia de segurança. E a outra seria o provedor, que mantém o banco de dados em ambiente virtual podendo ser acessado de qualquer lugar através das tecnologias necessárias, login e senha. A vantagem do provedor é a facilidade de disseminação das informações, além de proteger o documento de catástrofes naturais e ambientais que venham a ocorrer.

O ideal seria a utilização do provedor, apesar de seus custos, é o único suporte que pode atravessar as barreiras do tempo e as constantes transformações dos meios tecnológicos, bem como suas rapidíssimas obsolescências. Sendo assim, a escolha fica a critério da instituição de acordo com suas possibilidades.

2 Preservação e conservação de arquivos musicais

A documentação que compõe os Arquivos musicais são compostos em sua maioria de Fitas Cassetes (k7) ou Betas, CDs, DVDs, Vinis e também de documentos no suporte papel. Devido à singularidade destes documentos é necessário pensar na preservação e na conservação destes, para que a informação não se perca ao longo do tempo. Pensar na

preservação e conservação destes documentos não é pensar apenas na preservação do suporte, mas é pensar no documento como um todo: informação + suporte = documento.

Até pouco tempo atrás as bibliotecas e os arquivos classificavam as fitas, como documentos especiais evidenciando as dificuldades de identificar suas peculiaridades, e não atribuíam tanto valor quanto aos documentos de suporte papel. É relativamente recente o reconhecimento, por parte de arquivistas e pesquisadores, dos documentos sonoros enquanto documento de arquivo, detentor de informação válida e como patrimônio cultural. Dos anos 1990 até os dias de hoje, algumas instituições e associações se esforçaram para que surgissem métodos de padronização e recomendações voltadas para a preservação dos documentos sonoros, incluindo inclusive o uso das tecnologias digitais como peça fundamental para a preservação destes documentos.

Devido à rapidez com a qual nos deparamos da troca de suportes, máquinas, equipamentos, mão-de-obra, faz-se necessário manter não só o hardware e o software capaz de reproduzir os documentos, mas também que o profissional esteja habilitado para operar a máquina seja ela antiga ou nova. Todo documento sonoro precisará necessariamente de um dispositivo tecnológico para ser reproduzido e com esta grande obsolescência dos equipamentos ficará mais difícil para o profissional de arquivo manter os equipamentos necessários, sabemos que não é mais em todas as prateleiras que encontramos um aparelho que reproduza fitas cassete, por exemplo, e tão pouco técnicos habilitados a manusear equipamentos analógicos. Portanto, é imprescindível que a instituição de arquivo mantenha em seu corpo de profissionais técnicos que possuam não só o conhecimento das tecnologias digitais, mas também que saibam manusear com os equipamentos analógicos.

Diante do exposto, a preservação e a conservação dos documentos nestes suportes se dão por meio da conservação preventiva e da digitalização.

A conservação preventiva consiste em estudar, controlar e atuar sobre cinco elementos principais, que nada mais são do que fatores ambientais: água (umidade), temperatura, poeira, radiação ultravioleta e campos magnéticos. Além desses elementos, também atua em fatores de armazenamento e manuseio, uma vez que a maneira como um objeto é manuseado e acondicionado também é um forte condicionante para a sua expectativa de vida. Mas certamente os elementos mais críticos e, por sua vez, que merecem maiores cuidados são temperatura e umidade, mais precisamente o controle permanente dos dois. A regra geral é sempre tentar manter tanto temperatura quanto umidade em níveis baixos e estáveis, e nunca deixar de tratá-las simultaneamente, de modo que ambos os parâmetros estejam controlados. O erro mais notável é a tendência de se reduzir a temperatura de um

ambiente sem também baixar a umidade relativa, o que imediatamente poderia causar o surgimento de fungos. Já a alta temperatura pode acarretar uma série de problemas, dentre os quais a deformação dos suportes, o que poderia impossibilitar a sua reprodução nas respectivas máquinas de leitura. Os padrões ótimos de temperatura e umidade para armazenamento de documentos sonoros, seguindo recomendações internacionais, são de 25-30% de umidade relativa (UR) e 10°C de temperatura. Porém, esses parâmetros são muito pouco viáveis em países tropicais, em função do alto custo para a climatização dos ambientes. Portanto, a regra principal, e ao mesmo tempo a de mais difícil execução, é tentar adotar um parâmetro que se possa manter 24 horas por dia, durante todo o ano, com mínimas variações de temperatura e umidade relativa.

Atualmente não existe preservação a longo prazo que não englobe os meios digitais, em primeiro lugar a codificação binária onde a informação vem codificada através de zero e um e em segundo lugar no campo digital não existe perda de informação quando passam de um sistema para o outro. Fazendo um comparativo com o campo analógico, quando geramos uma cópia de uma fita cassete, por exemplo, por melhores que sejam a fita, os equipamentos e os acessórios envolvidos no processo, sempre haverá perda de informações, algo que é, na maior parte das vezes, perceptível para o ouvinte/espectador. Finalmente, no campo digital, os dados digitais podem ter sua integridade verificada e, dentro de certo limite de erros, serem recuperados. Para a digitalização de áudio alguns aspectos como o suporte (fita cassete, fita de rolo, disco de vinil), conteúdo (música, texto oral), equipamento (gravadores, toca-discos), objetivo da digitalização (preservação, disponibilização da documentação) e a forma mais adequada para realizar o serviço. A digitalização de documentos como forma de preservação é inevitável, para começar é necessário se conhecer a informação no documento a ser migrada.

Para se manter um acervo de arquivos digitais seguro surgiu o Digital Mass Storage System (DMSS), uma espécie de repositório digital introduzido pelas rádios alemães em meados dos anos 1990, mas que pouco a pouco começou a chamar a atenção dos arquivistas em função de sua viabilidade no campo da preservação de arquivos digitais sonoros e audiovisuais. O DMSS é uma combinação de discos rígidos (HDs) “espelhados”, de modo que, quando um disco falha, toda a informação é migrada para um segundo disco, e assim por diante. Além de serem armazenados em HDs, os arquivos também são copiados para fitas digitais periodicamente, de maneira mais ou menos automatizada. A segurança proporcionada pelos DMSS se dá muito em função de um sistema de checagem automatizada da integridade dos dados dos arquivos, algo impensável em qualquer suporte, seja analógico

ou digital, nos quais a verificação dos dados só é possível em tempo real, reproduzindo os suportes um a um. Os DMSS também permitem uma migração automática dos sistemas que os integram, os quais vão sendo atualizados antes de sua obsolescência.

Diante de todas as questões abordadas, vê-se que a preservação de longo prazo de documentos sonoros depende de consideráveis esforços logísticos e orçamentários. Sendo assim, recomenda-se que as instituições que mantêm em seu acervo documentos sonoros, como é o caso do CROMB-PB, devem reservar parte de seu orçamento anual para a preservação, uma vez que mesmo quando estamos tratando de uma coleção já toda digitalizada, com suas matrizes bem armazenadas e acondicionadas, o trabalho de preservação jamais deve ser considerado concluído, sob o risco de sofrer perdas irreparáveis. O trabalho de preservação é diário, contínuo e sem hora para acabar. Por fim, é também dever das instituições, manterem seu público e administradores a par dos desafios da preservação, através de palestras, conferências onde o usuário possa conhecer melhor o acervo da instituição e suas singularidades.

3 Memória patrimonial

De acordo com Ferreira *apud* Costa (2006, p. 125), “a palavra *patrimônio*, bem como *memória*, compõe um léxico contemporâneo de expressões cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos.”

Sendo assim, a música integra-se num contexto considerado único, pois faz parte da cultura de uma nação. Se incorpora como autêntica maneira de expressão que ganha caráter de tradição, registrando de forma subjetiva a organização social e cultural de um determinado povo, de um determinado grupo, de uma determinada raça. Torna oportuno para gerações atuais e futuras o acesso a expressão, a fatos esquecidos, utopias de outrora, forma mais expressiva de nossa cultura, e por assim dizer, a mais abrangente e popular forma de identidade do povo brasileiro, constituindo como patrimônio imaterial da formação social e cultural brasileira.

Muitos estudiosos acreditam que existe uma crise na estrutura das temporalidades, processo este que estaria suscitando o passado para o presente, dando a impressão de um presente cada vez mais transitório, resultando isso numa procura ansiosa por conservar e resguardar o passado. Pois,

os mitos, as lendas, os contos, as cantigas são fragmentos visíveis entre acontecimentos lembrados e acontecimentos vividos pelo grupo e como registros de experiências vivenciadas, são bens simbólicos que ancoram o bem imaterial

patrimonializado. As memórias coletivas se materializam através desses bens simbólicos. (Costa, 2008, p.126).

Como a música constitui-se um bem simbólico, ao ser exteriorizada por meio de uma atividade oral ou de inscrição, atua de forma precisa na socialização de atividades exercidas por um determinado grupo, atividade essa chamada coletiva.

Portanto, temos o intuito de sensibilizar através da preservação a continuidade histórica desse bem que a música constitui, visto que há uma importância em atentar para o papel das emoções na preservação das memórias e sua relevância nacional, intrínseca em seu conteúdo, buscando a extensão da memória, a identidade e a propagação da cultura brasileira.

É versado que produzir políticas que não despertem sentimentos na sociedade ou nas pessoas ligadas a patrimonialização ocasionam memórias confinadas ao esquecimento. Pois na verdade, “a permanência dos fatos na memória depende do quanto têm de impacto afetivo”. (Bossi *apud* Costa, 2008, p.128).

A memória é algo intrinsecamente ligado ao sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, pois ela é também um fator supremo de continuidade e reciprocidade de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si.

Vale lembrar que, enquanto patrimônio, esses saberes, costumes e modos de vida firmam-se em memórias que circundam, entre os membros de um grupo e para serem resguardados devem conservar de modo simultâneo ou alternado nas lembranças de todos (Costa, 2008). As políticas quem vem se constituindo em proveito desses bens, em especial o musical, deve explicar as criações de vida sem deixar de lado a multiplicidade cultural brasileira e sem reproduzir a forma de preservação das lembranças, onde pelo princípio da dignidade humana que assegura ao cidadão a preservação das suas referências culturais, qualquer que seja sua classe social de origem.

Falar em preservação patrimonial musical significa ir além dos conceitos impostos, embora tenhamos como referência. Significa priorizar diretrizes, definir critérios e políticas de sensibilização e conscientização. Construir parâmetros para qualificar as formas de saberes de uma sociedade que marcam a construção de uma memória coletiva e individual. Pois ainda que, “os conceitos continuem imprecisos, é imperioso passar da teoria à prática, na esperança de que as experiências venham como de costume, enriquecer a reflexão, numa dialética do processo de produção do conhecimento e de transformação da realidade.” (Fonseca, 2003, p. 75).

4 Considerações Finais

Após todas as considerações supracitadas compreende-se a necessidade de um olhar preciso, técnico e científico sobre os acervos constituídos por unidades musicais. Trazendo para nos arquivistas a responsabilidade de desenvolver técnicas e métodos capazes de eternizar esses registros, isso sob uma ótica idealista.

As conseqüências das negligências dos curadores da memória cultural brasileira são as dificuldades de contar a história da música brasileira, assim como também a ausência de políticas públicas voltadas para a preservação do nosso patrimônio musical, levando em consideração até mesmo o fato de só apenas recentemente a própria arquivística considerar essas unidades musicais como documentos de arquivo. Corroborando Cotta e Blanco (2006, p. 15),

as relações entre Arquivologia e patrimônio musical são provavelmente inusitadas para aqueles que comungam de uma visão mais tradicional da teoria arquivística, associando-a quase exclusivamente ao tratamento de documentação administrativa produzida pelo Estado ou por grandes empresas.

Diante disso, gera-se, assim, um hábito bastante comum nas instituições produtoras destes registros, o chamado recolhimento selvagem, isto é, “quando grandes massas aleatórias são literalmente descarregadas nos arquivos permanentes, sem obediência a critérios técnicos.” (BELLOTO, 1991, p.89).

Durante toda a história esses acervos foram negligenciados, talvez por repressão a formação de uma identidade cultural, ou por própria ignorância do mesmo. O fato é que, “os acervos musicais estiveram, até muito recentemente, em uma espécie de limbo, não sendo considerados, do ponto de vista das políticas públicas, nem patrimônio documental, nem patrimônio cultural.” (COTTA; BLANCO, 2006, p. 26).

Os desafios para a preservação e até mesmo resgate destes acervos, nos faz enxergar quanto de nossa história patrimonial e cultural já foram enterrados juntos com nossos ancestrais, e que este hábito não pode continuar, sendo assim não poderemos medir esforços para deixarmos nossas contribuições, para em meio a revolução tecnológica e a globalização, possibilitarmos uma contínua e infinda revalorização de uma identidade cultural, extremamente mal formada e ainda tão jovem como a nossa.

Pretendemos com este trabalho apenas incitarmos os pesquisadores da área a iniciarem os trabalhos sociais, a produzirmos ferramentas, técnicas e métodos que contarão nossa história para as gerações futuras. Precisamos entender que nossas responsabilidades vão além das meras questões burocráticas e funcionais das instituições produtoras de documentos

de arquivo. Estão de fato ligadas a algo muito maior e permanente, a memória da humanidade.

Referências

AMARAL, Mauro Sérgio da Rosa. *Migração de suporte: fitas magnéticas de áudio cassete*. Porto Alegre: Arxius do Brasil Ltda, 2009. 56p.

BELOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BUARQUE, Marco Dreer. *Documentos sonoros: características e estratégias de preservação*. PontodeAcesso, Salvador, v.2, n.2, p. 37-50, ago. /set. 2008.

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. *Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?*. Estudos de Psicologia, p.125-131, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/04.pdf>>. Acesso em: 08 jun 2011.

COTTA, André Guerra; BLANCO, Pablo Sotuyo. *Arquivologia e Patrimônio Musical*. Salvador: Edufba, 2006.

BYERS, Fred R. *Discos óticos- cuidados e manuseamento: guia para bibliotecários e arquivistas* / Fred R. Byers; trad. Cristina Proença; rev. Téc. Maria Luísa Cabral. – Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. 78p.

FONSECA, Maria Célia Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.